



DIÁRIO OFICIAL

DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO TOCANTINS

Nº 0050

01 DIÁRIO OFICIAL Nº 0050

ANO II - SÃO MIGUEL DO TOCANTINS, QUINTA-FEIRA, 12 DE ABRIL DE 2018

SUMÁRIO

ATOS DO PODER EXECUTIVO	01
ATOS DA SECRETÁRIA DE SAÚDE	15
ATOS DA SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	16

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº 135/2018

São Miguel do Tocantins, 19 de março de 2018.

Dispõe sobre a alienação de bens móveis inservíveis da Prefeitura Municipal de São Miguel do Tocantins, estado de Tocantins, na forma que especifica e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO TOCANTINS, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dos art. 64º e 96 da Lei Orgânica do Município,

Faz saber que a Câmara Municipal de São Miguel do Tocantins aprova e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar alienação dos bens móveis inservíveis nos termos desta Lei, observadas as seguintes formalidades administrativas:

I –avaliação prévia feita pelo perito habilitado ou órgão competente do Município, designado para este fim, e;

II –licitação pública, modalidade leilão, nos termos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (atualmente, Lei nº 8.666/93, com suas alterações).

Parágrafo Único –Na licitação de que trata este artigo haverá sempre um preço mínimo, obtido através de avaliação, insuscetível de ser ignorado, sendo vencedor o licitante que apresentar o maior preço, superior ao mínimo, desclassificando-se as propostas com preço inferior a este.

Art. 2ºA alienação de bens móveis inservíveis da Prefeitura Municipal de São Miguel do Tocantins (TO), far-se-á por venda, permuta, dação em pagamento ou doação no valor não inferior ao mínimo conforme avaliação a ser realizada pela comissão de Avaliação do Município de São Miguel do Tocantins nos termos desta Lei.

Paragrafo Primeiro - Serão considerados inservíveis os bens ociosos, antieconômicos, irrecuperáveis e inservíveis, segundo os seguintes critérios:

I - ocioso é o bem que, embora em condições de uso, não estiver sendo ocupado em razão da perda de sua utilidade, demonstrando-se defasado ou ultrapassado em relação à necessidade da Prefeitura;

II - antieconômico, é o bem cuja manutenção for excessivamente onerosa;

III - irrecuperável é o bem para o qual não exista no mercado peça de reposição para conserto e que, conseqüentemente, perdeu as características para a sua utilização; é o bem que não pode mais ser utilizado para o fim a que se destina, devido à perda de suas características;

IV – Inservível é o bem considerado ocioso, cuja recuperação é antieconômica ou impossível, não sendo, portanto, mais viável sua utilização em qualquer atividade relacionada ao serviço prestado; é o bem, que já não tem a possibilidade de seu conserto e/ou é um equivalente obsoleto.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal nomeará e/ou designará comissão para averiguação física e avaliação dos bens discriminados como inservíveis para a realização da alienação, mediante leilão, dos bens móveis inservíveis, de que trata esta Lei, esta remeterá relatório ao setor de patrimônio público municipal.

Paragrafo Primeiro - A declaração de inservibilidade será realizada pelo Setor de Patrimônio do Município de São Miguel do Tocantins.

I - O Setor de Patrimônio terá o prazo de 30 dias, prorrogável por igual período, para a execução dos trabalhos, devendo proceder:

II – averiguação dos bens discriminados como inservíveis

III - Elaboração de relatório conclusivo quanto à destinação dos bens;

IV– A relação dos bens a serem alienados, deverá ser divulgada no DOM (Diário Oficial do Município) e Afixada no mural da Prefeitura Municipal de São Miguel do Tocantins.

Paragrafo Segundo - Declarada a inservibilidade do bem, o processo, instruído com os documentos descritos nos incisos II e III do parágrafo anterior, será encaminhada ao Executivo Municipal, para análise e aprovação.

Parágrafo Terceiro - Aprovada a inservibilidade dos bens móveis pelo Executivo Municipal, será procedida a venda, permuta, dação em pagamento ou doação, lavrando-se o respectivo termo.

Parágrafo Quarto - Do termo de venda ou alienação por permuta ou dação em pagamento, constará a especificação do bem, o valor e a data de sua alienação, bem como a qualificação do comprador ou alienante.

Parágrafo Quinto - A venda ocorrerá através de leilão, em procedimento próprio, a ser promovida pela Comissão Municipal de Licitações.

Art. 4º Ressalvados os casos previstos em lei, não é permitida a alienação de bens inservíveis, sem que se atendam às normas de licitação.

Art. 5º Quando a licitação não acudir nenhum participante, a alienação pode processar-se através de dispensa de licitação, mediante anúncio, com prazo de 15 (quinze) dias, no órgão oficial e/ou veículo de circulação local, devendo os interessados apresentar proposta por escrito, com as cautelas previstas para a licitação, a partir do preço de avaliação.

Parágrafo Único - Quando, ainda, não acudirem proponentes, será realizado novo processo licitatório, devendo os bens sofrer nova avaliação pelo departamento responsável.

Art. 6º Na licitação para alienação de bens móveis, a fase de habilitação limita-se à comprovação do recolhimento de quantia não inferior a 5% (cinco por cento) da avaliação e os bens serão licitados quando:

I – ocioso é o bem que, embora em condições de uso, não estiver sendo ocupado em razão da perda de sua utilidade, demonstrando-se defasado ou ultrapassado em relação à necessidade da do órgão em que o bem pertence;

II – antieconômico, é o bem cuja manutenção for excessivamente onerosa.

Art. 7º A alienação por permuta ou dação em pagamento, ocorrerá quando da existência de:

I – bens inservíveis; defeituosos; com características ultrapassadas, ocioso, cuja recuperação é antieconômica ou impossível, não sendo, portanto, mais viável sua utilização em qualquer atividade relacionada ao serviço prestado; o bem, que já não tem a possibilidade de seu conserto e/ou é um equivalente obsoleto, sendo objeto do procedimento, adequado para a aquisição de novos produtos e ou ressarcimento de dívidas.

II – irrecuperável é o bem para o qual não exista no mercado peça de reposição para conserto e que, conseqüentemente, perdeu as características para a sua utilização; é o bem que não pode mais ser utilizado para o fim a que se destina, devido à perda de suas características.

Art. 8º A alienação por doação, a critério do Poder Executivo, somente poderá ser efetivada em favor das entidades assistenciais do Município, declaradas de interesse público e mediante a aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social de São Miguel do Tocantins.

Parágrafo Primeiro - A doação de trata o *caput* deste artigo, será recebida por uma única entidade devidamente inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social de São Miguel do Tocantins e escolhida por este, através de deliberação, que ficará obrigada a alienar ou leiloar referidos bens móveis inservíveis, podendo descontar todas as despesas efetuadas para a realização do ato da venda ou do leilão.

Parágrafo Segundo - A renda líquida obtida com a venda do material doado, será revertida integralmente para todas as entidades cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social de São Miguel do Tocantins, o qual designará por segmento, antes da efetivação da venda ou leilão e através de deliberação, o percentual que cada entidade terá direito a receber sobre a renda líquida obtida pela venda ou leilão dos bens inservíveis e sucatas.

Parágrafo Terceiro - A entidade escolhida ficará responsável pela arrecadação e repasse da renda líquida obtida às entidades assistenciais, observado o percentual deliberado, através de depósito em conta bancária ou cheque nominal às entidades, devendo as mesmas prestar contas de acordo com os critérios adotados pelo respectivo Conselho.

Art. 9º Os bens inservíveis e irrecuperáveis, ficará em local designado pela administração pública, para que seja feita a averiguação física discriminando como inservíveis e irrecuperáveis.

Art. 10 Os valores arrecadado a com a alienação, será aplicado na aquisição de outros bens moveis destinado ao órgão de que pertencia os bens alienados.

Art. 11 Os bens moveis pertencente ao patrimônio do Município de São Miguel do Tocantins, relação descrita no anexo I.

Art. 12º A relação de bens inservíveis afins de alienação deverão ser discriminados no anexo II, e observando o que dispõe o art. 14º desta lei.

Art. 13º Os anexos I e II faz parte integrante desta lei.

Art. 14º sempre que a administração pública instruir processo de alienação de bens moveis inservíveis nos termos desta lei, encaminhará a Câmara Municipal o processo contendo os anexos I e II para se fazer ciente.

Art. 15º Fica o Executivo Municipal autorizado atualizar os anexos I e II através de decreto, sempre que julgar necessário.

Art. 16º As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 17º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO TOCANTINS, aos 19 (dezenove) dias do mês de março do ano de 2018.

ELISÂNGELA ALVES CARVALHO SOUSA
Prefeita Municipal

LEI Nº 136/2018

São Miguel do Tocantins, 06 de abril de 2018.

“Dispõe Sobre Instituição de Regras dos Serviços Sanitário do Município de São Miguel do Tocantins, e dá outras Providências”.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e, em conformidade com os incisos I e III do art. 64 da lei Orgânica do Município de São Miguel do Tocantins;

Faz saber que a Câmara Municipal de São Miguel do Tocantins aprova e eu sanciono a seguinte Lei.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - O Sistema de Vigilância Sanitária do Município de São Miguel do Tocantins, fica estabelecido por este Código, que Institui Regras dos Serviços Sanitário, fundamentado nos princípios expressos na constituição federal de 5 de outubro de 1988, leis federais nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, no código de defesa do consumidor - lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, no código de saúde do estado do Tocantins e na lei orgânica do município de São Miguel do Tocantins.

Art. 2º - Todos os assuntos relacionados com as ações de vigilância sanitária serão regidos pelas disposições contidas nesta lei, nas normas técnicas especiais, portarias e resoluções, a serem determinadas pela secretaria municipal de saúde, respeitadas, no que couber, a legislação federal e estadual.

Art. 3º - Se sujeita a presente lei todos os estabelecimentos de saúde e de interesse à saúde, sejam de caráter privado, público ou filantrópico, assim como outros locais que ofereçam riscos à saúde.

Capítulo II Competências e Atribuições

Art. 4º - Para os efeitos desta lei, entende-se por vigilância sanitária o conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo:

I - O controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; e
II - O controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.

Art. 5º - Consideram-se como controle sanitário as ações desenvolvidas pelas autoridades sanitárias com vistas à aprovação de projetos arquitetônicos, ao monitoramento da qualidade dos produtos para saúde e de interesse à saúde e a verificação das condições para o licenciamento e funcionamento dos estabelecimentos de saúde e de interesse à saúde, abrangendo:

I – a inspeção e orientação;
II – a fiscalização;
III – a lavratura de termos e autos;
IV – a aplicação de sanções.

Art. 6º- São sujeitos ao controle e fiscalização por parte das autoridades sanitárias:

I – drogas, medicamentos, imunobiológicos, insumos farmacêuticos e produtos para saúde;
II – sangue, hemocomponentes e hemoderivados;
III – produtos de higiene pessoal, cosméticos, perfumes e saneantes;
IV – alimentos, águas envasadas, matérias-primas alimentares, artigos e equipamentos destinados a entrar em contato com alimentos;
V – produtos tóxicos e radioativos;
VI- estabelecimentos de saúde, de interesse à saúde e outros ambientes que ofereçam riscos à saúde, de natureza pública e privada;
VII – resíduos sólidos gerados pelos serviços de saúde e de interesse à saúde;
VIII- veiculação de propaganda de produtos farmacêuticos e outros produtos que possam comprometer a saúde, de acordo com as normas federais;
IX – outros produtos, substâncias, aparelhos e equipamentos que possam provocar danos à saúde.

Parágrafo 1º - Os responsáveis por imóveis, domicílios e estabelecimentos comerciais e industriais deverão impedir o acúmulo de lixo, entulho, restos de alimentos, água empoçada ou qualquer outra condição que propicie alimentação, criatório ou abrigo de animais sinantrópicos.

Parágrafo 2º - É vedada a criação de animais, no perímetro urbano, que pela sua natureza ou quantidade, sejam considerados causa de insalubridade, incômodo ou riscos à saúde pública.

Art.7º - Às ações de vigilância sanitária serão executadas pelas autoridades sanitárias municipais, que terão livre acesso, mediante identificação por meio de credencial de fiscal sanitário, aos estabelecimentos e ambientes sujeitos ao controle sanitário.

Parágrafo 1º - São consideradas autoridades sanitárias para os efeitos desta lei:

I- os profissionais da equipe municipal de vigilância sanitária investidos na função fiscalizadora;
II – o responsável pelo serviço municipal de vigilância sanitária.

Parágrafo 2º – Os estabelecimentos, por seus dirigentes ou prepostos, são obrigados a prestar os esclarecimentos necessários referentes ao desempenho de suas atribuições legais e a exibir, quando exigidos, quaisquer documentos que digam respeito ao fiel cumprimento das normas de prevenção à saúde.

Art.8º- Os profissionais das equipes de vigilância sanitária, investidos das suas funções fiscalizadoras, serão competentes para fazer cumprir as leis e regulamentos sanitários, expedindo termos e autos, referentes à prevenção e controle de bens e serviços sujeitos à vigilância sanitária.

Parágrafo único - Secretário municipal de saúde, excepcionalmente, poderá desempenhar funções de fiscalização, com as mesmas prerrogativas e atribuições conferidas pela presente lei às autoridades sanitárias.

Art. 9º - Compete à secretaria municipal de saúde, sem prejuízo de outras atribuições:

I – promover e participar de todos os meios de educação, orientação, controle e execução das ações de vigilância e fiscalização sanitária, em todo o território do município;

II – planejar, organizar e executar as ações de promoção e proteção à saúde individual e coletiva, por meio dos serviços de vigilância sanitária, tendo como base o perfil epidemiológico do município;

III – garantir infraestrutura e recursos humanos adequados à execução de ações de vigilância sanitária;

IV – promover capacitação e valorização dos recursos humanos existentes na vigilância sanitária, visando aumentar a eficiência das ações e serviços;

V – promover, coordenar, orientar e custear estudos de interesse da saúde pública;

VI – assegurar condições adequadas de qualidade na produção, comercialização e consumo de bens e serviços de interesse à saúde, incluídos procedimentos, métodos e técnicas que as afetam;

VII – assegurar condições adequadas de qualidade para prestação de serviços de saúde;

VIII – promover ações visando o controle de fatores de risco à saúde;

IX – promover a participação da comunidade nas ações da vigilância sanitária;

X – organizar atendimento de reclamações e denúncias;

XI – notificar e investigar eventos adversos à saúde, de que tomar conhecimento ou for cientificada por usuários ou profissionais de saúde, decorrentes do uso ou emprego de: medicamentos e drogas; produtos para saúde; cosméticos e perfumes; saneantes; agrotóxicos; alimentos industrializados; e outros produtos definidos por legislação sanitária. E os serviços elencados na ls (lista de serviços) anexo I – da lei municipal complementar nº 26/2003.

XII – controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; e

XIII – controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde;

Parágrafo único - Será de competência da secretaria municipal de planejamento e desenvolvimento urbano e secretaria municipal de meio ambiente de:

a) intervir na regulamentação e fiscalização no que desrespeito a criação de suínos, aves em área urbana e, a) fossa séptica e esgoto a céu aberto nas vias públicas;

I- as intervenções de regulamentação e fiscalização que dispõe as linha “a” e “b”, as medidas serão tomadas através do código de postura do município de São Miguel e normas legais vigentes.

Capítulo III Da Licença Sanitária

Art.10º - Os estabelecimentos sujeitos ao controle e à fiscalização sanitária somente funcionarão mediante licença sanitária expedida pelo órgão de vigilância sanitária, com validade por um ano, renovável por períodos iguais e sucessivos.

Parágrafo 1º - A concessão ou renovação da licença sanitária das atividades e estabelecimentos das tabelas 1 e 2, anexo desta lei e anexo i da lei municipal complementar nº 26/2003, será condicionada ao cumprimento de requisitos técnicos referentes às instalações, aos produtos, máquinas, equipamentos, normas e rotinas do estabelecimento, comprovados pela autoridade sanitária competente.

Parágrafo 2º - A licença sanitária poderá, a qualquer tempo, ser suspensa, cassada ou cancelada, no interesse da saúde pública, sendo assegurado ao proprietário do estabelecimento o exercício do direito de defesa e do contraditório, em processo administrativo instaurado pelo órgão sanitário competente.

Parágrafo 3º - A secretaria municipal de saúde, através de regulamentos técnicos específicos, e tendo em vista o ramo de atividades desenvolvidas, poderá exigir a licença sanitária para o funcionamento de outros estabelecimentos não previstos nesta lei.

Parágrafo 4º - Todo estabelecimento deve comunicar formalmente ao órgão que emitiu a respectiva licença sanitária qualquer alteração e/ou encerramento de suas atividades.

Parágrafo 5º - A licença sanitária será emitida, específica e independente, para:

I – cada estabelecimento, de acordo com a atividade e/ou serviço exercido, ainda que exista mais de uma unidade na mesma localidade;

II – cada atividade e/ou serviço desenvolvido na unidade do estabelecimento, de acordo com a legislação;

III – cada atividade e/ou serviço terceirizado existente na unidade do estabelecimento, de acordo com a legislação.

Parágrafo 6º - Todo estabelecimento deverá colocar em local visível aos usuários a licença sanitária.

Parágrafo 7º - Todo estabelecimento deverá colocar em local visível para os usuários, os números de telefones da vigilância sanitária ou dique denúncia.

Parágrafo 8º - Para alteração contratual de qualquer natureza do estabelecimento que já possua alvará sanitário deverá o interessado protocolar novo processo de concessão, sem prejuízo do recolhimento de novas taxas.

Parágrafo 9º - O estabelecimento que possuir licença sanitária, ao encerrar suas atividades, deverá requerer sua baixa junto à vigilância sanitária.

Parágrafo 10º - Enquanto não se efetuar o competente pedido de baixa da licença sanitária, o proprietário e responsável técnico em nome do qual esteja a licença sanitária, continuarão responsáveis pelas irregularidades verificadas no estabelecimento e pelo pagamento anual do tributo.

Capítulo IV Das Taxas

Art.11—As ações de vigilância sanitária executados pelo órgão correspondente da secretaria municipal de saúde ensejarão a cobrança da taxa de vigilância sanitária, descritas nas tabelas 3,4,5 e 6 anexa a esta lei.

Art.12 – Os valores da taxa de vigilância sanitária e das multas em virtude do exercício das ações de vigilância sanitária serão recolhidos aos cofres públicos do município, creditados ao fundo municipal de saúde, revertidos exclusivamente para o serviço municipal de vigilância sanitária e sob o controle social do conselho municipal de saúde.

Art.13 – Os valores recolhidos, mencionados no artigo anterior, serão destinados ao custeio e à manutenção da estrutura do serviço municipal de vigilância sanitária.

Art. 14 - São isentos da taxa de vigilância sanitária:

I- órgãos da administração direta, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público; e
II- associações, fundações, entidades de caráter beneficente, filantrópico, caritativo ou religioso que não remunerem seus dirigentes, não distribuam lucros a qualquer título e apliquem seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos sociais;

Parágrafo único- A isenção da taxa de vigilância sanitária não dispensa a obrigatoriedade do cumprimento das exigências contidas nas normas legais e regulamentares vigentes.

Capítulo V Da Fiscalização Sanitária Seção I

Fiscalização dos Estabelecimentos de Saúde

Art.15—Sujeitam-se ao controle e à fiscalização sanitária os estabelecimentos de saúde.

Art.16 - Para os efeitos desta lei, consideram-se estabelecimentos de saúde:

I – serviços médicos;
II – serviços odontológicos;
III – serviços de diagnósticos e terapêuticos;
IV – outros serviços de saúde definidos por legislação específica.

Parágrafo único- Os estabelecimentos a que se referem o artigo anterior deverão ser mantidos em perfeitas condições de higiene e limpeza, organizados de modo a não possibilitar a existência de focos de insalubridade em seu ambiente interno e externo e deverão ser Objeto de desratização, desinsetização e manutenção periódica.

Art.17 - Os estabelecimentos de saúde deverão adotar normas e procedimentos visando o controle de infecção relacionada à assistência à saúde.

Parágrafo único- É responsabilidade pessoal dos profissionais de saúde o controle de infecção em seus ambientes de trabalho.

Art. 18 - Os estabelecimentos de saúde e os veículos para transporte de pacientes deverão ser mantidos em rigorosas condições de higiene, devendo ser observadas as normas de controle de infecção estipuladas na legislação sanitária.

Art.19-Os estabelecimentos de saúde deverão adotar procedimentos adequados na geração, acondicionamento, fluxo, transporte, armazenamento, destino final, e demais questões relacionadas a resíduos de serviços de saúde, conforme legislação sanitária.

Art. 20 - Os estabelecimentos de saúde deverão possuir condições adequadas para o exercício da atividade profissional na prática de ações que visem à promoção, preservação e recuperação da saúde.
Parágrafo único- Estes estabelecimentos deverão possuir instalações, equipamentos, instrumentais, utensílios e materiais de consumo indispensáveis e condizentes com suas finalidades e em perfeito estado de conservação e funcionamento, e de acordo com normas técnicas específicas.
Art. 21 - Os estabelecimentos de saúde deverão possuir quadro de recursos humanos legalmente habilitados, em número adequado à demanda e às atividades demandadas às atividades desenvolvidas.

Seção II

Fiscalização dos Estabelecimentos de Interesse à Saúde

Art. 22 - Para os efeitos desta lei, consideram-se estabelecimentos de interesse à saúde:

I – barbearias, salões de beleza, pedicures, manicures, massagens, estabelecimentos esportivos (ginástica, natação, academias de artes marciais e outros), creches, tatuagens, piercings, cemitérios, necrotérios, funerárias, piscinas de uso coletivo, hotéis, motéis, pousadas, instituições de longa permanência para idosos e outros;

II – os que extraem, produzem, fabricam, transformam, preparam, manipulam, purificam, fracionam, embalam, reembalam, importam, exportam, armazenam, expedem, transportam, compram, vendem, dispensam, cedem ou usam os produtos mencionados no art. 6º;

III – os laboratórios de pesquisa, de análise de produtos alimentícios, água, medicamentos e produtos para saúde e de controle de qualidade de produtos, equipamentos e utensílios de interesse à saúde;

IV – os que prestam serviços de desratização e desinsetização de ambientes domiciliares, públicos e coletivos;

V – os que degradam o meio ambiente por meio de resíduos contaminantes e os que contribuem para criar ambiente insalubre ao ser humano ou propício ao desenvolvimento de animais sinantrópicos;

VII – outros estabelecimentos cuja atividade possa, direta ou indiretamente, provocar danos ou agravos à saúde individual ou coletiva.

Parágrafo único- Os estabelecimentos referidos neste artigo deverão ser mantidos em perfeitas condições de higiene e limpeza, organizados de modo a não possibilitar a existência de focos de insalubridade em seu ambiente interno e externo e deverão ser objeto de desratização, desinsetização e manutenções periódicas.

Seção III Fiscalização de Produtos

Art. 23 – Todo produto destinado ao consumo humano comercializado e/ou produzido no município, estará sujeito à fiscalização sanitária municipal, respeitando os termos desta lei e a legislação federal e estadual, no que couber.

Art.24 – O controle sanitário a que estão sujeitos os produtos de interesse da saúde compreende todas as etapas e processos, desde a sua produção até sua utilização e/ou consumo.

Art. 25 – No controle e fiscalização dos produtos de interesse da saúde serão observados os padrões de identidade, qualidade e segurança definidos por legislação específica.

Parágrafo 1º - A autoridade sanitária fará, sempre que considerar necessário, coleta de amostras do produto, para efeito de análise.

Parágrafo 2º - Os procedimentos para coleta e análise de amostras serão definidos em normas técnicas específicas.

Parágrafo 3º - A amostra do produto considerado suspeito deverá ser encaminhada ao laboratório oficial, para análise fiscal.

Art.26– É proibido qualquer procedimento de manipulação, beneficiamento ou fabrico de produtos que concorram para adulteração, falsificação, alteração, fraude ou perda de qualidade dos produtos de interesse da saúde.

Capítulo VI Notificação

Art.27- Fica a critério da autoridade sanitária a lavratura e expedição de termo de notificação ao inspecionado para que faça ou deixe de fazer alguma coisa, com indicação da disposição legal ou regulamentar pertinente, devendo conter a identificação completa do inspecionado.

Parágrafo 1º - Quando lavrado e expedido o referido termo, o prazo concedido para o cumprimento das exigências nele contidas será de até 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por no máximo mais 90 (noventa) dias, a critério da autoridade sanitária, caso seja requerido pelo interessado, até 10 (dez) dias antes do término do prazo inicialmente concedido e desde que devidamente fundamentado.

Parágrafo 2º - Decorrido o prazo concedido e não sendo atendida a notificação, será lavrado auto de infração e instaurado processo administrativo sanitário.

Capítulo VII Penalidades e Infrações Sanitárias Seção I Normas Gerais

Art. 28 - Considera-se infração sanitária a desobediência ao disposto nesta lei, nas leis federais, estaduais e nas demais normas legais e regulamentares, que de qualquer forma, destinem-se à proteção, promoção, preservação e recuperação da saúde.

Art. 29 - Responderá pela infração sanitária a pessoa física e/ou jurídica que, por ação ou omissão, lhe deu causa, concorreu para sua prática ou dela se beneficiou.

Parágrafo 1º - Para fins deste artigo, considera-se causa a ação ou omissão sem a qual a infração sanitária não teria ocorrido.

Parágrafo 2º - Exclui a imputação de infração a causa decorrente de força maior ou proveniente de eventos naturais ou circunstâncias imprevisíveis, que vier a determinar avaria, deterioração ou alteração de equipamentos, produtos e serviços de interesse à saúde.

Art. 30 - Os fabricantes e fornecedores de equipamentos, produtos e serviços de interesse à saúde respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados para o consumo e/ou utilização.

Art. 31 - Na apuração das infrações sanitárias, a autoridade sanitária comunicará o fato:

I- à autoridade policial e ao ministério público, nos casos que possam configurar ilícitos penais;
II- aos conselhos profissionais, nos casos que possam configurar violação aos códigos de ética profissional.

Seção II Das Penalidades

Art. 32 - As infrações sanitárias, sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, serão punidas, alternativa ou cumulativamente, com as seguintes penalidades:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – apreensão de produtos, equipamentos, utensílios, recipientes e matérias-primas;
- IV – apreensão de animais;
- V – suspensão de venda e/ou fabricação de produtos, equipamentos, utensílios e recipientes;
- VI – inutilização de produtos, equipamentos, utensílios, recipientes, matérias-primas e insumos;
- VI- interdição parcial ou total de estabelecimento, seções, dependências, obras, veículos, utensílios, recipientes, máquinas, produtos e equipamentos;
- VIII – suspensão e/ou proibição de propaganda e/ou publicidade;
- IX – cancelamento da licença sanitária municipal;
- X – imposição de mensagem retificadora;
- XI – cancelamento da notificação de produto alimentício.

Parágrafo 1º – Aplicada a penalidade de inutilização, o infrator deverá cumpri-la, arcando com seus custos, no prazo determinado pela autoridade sanitária, respeitando a legislação e apresentando o respectivo comprovante.

Parágrafo 2º – Aplicada a penalidade de interdição, essa vigorará até que o infrator cumpra as medidas exigidas pela legislação sanitária, solicite a realização de nova inspeção sanitária e que a autoridade julgadora se manifeste sobre o pleito de desinterdição de maneira fundamentada.

Art. 33 - A pena de multa consiste no pagamento em moeda corrente no país, variável segundo a classificação das infrações constantes do art. 37, conforme os seguintes limites:

- I- nas infrações leves, de 100 (cem) a 500 (quinhentos) UFMS;
- II- nas infrações graves, de 501 (quinhentos e um) a 3.000,00 (três mil) UFMS;
- III- nas infrações gravíssimas, de 3001 (três mil e um) a 10.000,00 (dez mil) UFMS;

Parágrafo 1º - As multas previstas neste artigo serão aplicadas em dobro em caso de reincidência e reincidência específica.

Parágrafo 2º - Todos os demais valores pecuniários estabelecidos na legislação municipal, calculados com base na unidade fiscal de referência - UFIR, serão convertidos em unidade fiscal municipal - UFM, na sua equivalência em real.

Art. 34 - Para imposição da pena e a sua graduação, a autoridade sanitária levará em conta:

- I – as circunstâncias atenuantes e agravantes;
- II – a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para a saúde pública;
- III – os antecedentes do autuado quanto ao descumprimento da legislação sanitária;
- IV – a capacidade econômica do autuado;
- V – os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Parágrafo único - Havendo concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, a autoridade sanitária levará em consideração as que sejam preponderantes.

Art. 35 - São circunstâncias atenuantes:

- I – ser primário o autuado;
- II – não ter sido a ação do autuado fundamental para a ocorrência do evento;

III – procurar o autuado, espontaneamente, durante o processo administrativo sanitário, reparar ou minorar as consequências do ato lesivo à saúde pública que lhe foi imputado.

Parágrafo único - Considera-se, para efeito desta lei, infrator primário a pessoa física ou jurídica que não tiver sido condenada em processo administrativo sanitário nos 5 (cinco) anos anteriores à prática da infração em julgamento.

Art. 36 - São circunstâncias agravantes:

- I – ser o autuado reincidente;
- II - ter o autuado cometido a infração para obter vantagem pecuniária decorrente de ação ou omissão em desrespeito à legislação sanitária;
- III - ter o autuado coagido outrem para a execução material da infração;
- IV – ter a infração conseqüências calamitosas à saúde pública;
- V – ter o autuado deixado de adotar providências de sua responsabilidade para evitar ou sanar a situação que caracterizou a infração;
- VI – ter o autuado agido com dolo, ainda que eventual, fraude ou má-fé;
- VII – ter o autuado praticado a infração que envolva a produção em larga escala.

Art. 37 - As infrações sanitárias classificam-se em:

- I – leves, quando o autuado for beneficiado por circunstância atenuante;
- II – graves, quando for verificada uma circunstância agravante;
- III – gravíssimas:
 - a) quando existirem duas ou mais circunstâncias agravantes;
 - b) quando a infração tiver conseqüências danosas à saúde pública;
 - c) quando ocorrer reincidência específica.

Parágrafo único - Considera-se reincidência específica a repetição pelo autuado da mesma infração pela qual já foi condenado.

Art. 38 - Na aplicação da penalidade de multa, a capacidade econômica do infrator será observada dentro dos limites de natureza financeira correspondente à classificação da infração sanitária prevista no artigo 33.

Art. 39 - As multas impostas em razão da infração sanitária sofrerão redução de 20% (vinte por cento), caso o pagamento seja efetuado no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data em que o infrator for notificado da decisão que lhe imputou a referida penalidade.

Art. 40 - O pagamento da multa, em qualquer circunstância, implicará a desistência tácita de recurso em relação à sua aplicação, permanecendo o processo administrativo em relação às demais penalidades eventualmente aplicadas cumulativamente.

Art. 41 - Quando aplicada pena de multa e não ocorrer o seu pagamento ou interposição de recurso, a decisão será publicada nos meios oficiais e em seguida o infrator será notificado para recolhê-la no prazo de 30 (trinta) dias, na forma da alínea a do inciso I do artigo 105, sob pena de cobrança judicial.

Art. 42 - Nos casos de risco sanitário iminente, a autoridade sanitária poderá determinar de imediato, sem a necessidade de prévia manifestação do interessado, a apreensão e interdição de produtos, equipamentos, utensílios, recipientes, matérias-primas, insumos, estabelecimentos, seções, dependências, obras, veículos, máquinas, assim como a suspensão de vendas, atividades e outras providências acauteladoras, as quais não configurarão aplicação de penalidade sanitária, mas sim o regular exercício das prerrogativas da administração pública.

Parágrafo 1º - Concomitante às medidas acauteladoras previstas no caput deste artigo, a autoridade sanitária deverá lavrar auto de infração.

Parágrafo 2º - As medidas acauteladoras previstas neste artigo durarão no máximo 90 (noventa) dias.

Seção III Das Infrações Sanitárias

Art. 43 - Construir, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território municipal, laboratórios de produção de medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, produtos para a saúde, ou quaisquer outros estabelecimentos que fabriquem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas, embalagens, saneantes e demais produtos que interessem à saúde pública, sem registro, licença sanitária, autorização do órgão sanitário competente ou contrariando as normas legais pertinentes:

- a) pena – advertência, apreensão de produtos, equipamentos, utensílios, recipientes e matérias-primas ou interdição de estabelecimento, seções, dependências, obras, veículos, utensílios, recipientes, produtos e equipamentos, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 44 - Construir, instalar ou fazer funcionar hospitais, postos ou casas de saúde, clínicas em geral, casas de repouso, serviços ou unidades de saúde, estabelecimentos ou organizações afins, que se dediquem à promoção, proteção e recuperação da saúde, sem licença sanitária, autorização do órgão sanitário competente ou contrariando normas legais e regulamentares pertinentes:

a) pena–advertência, apreensão de produtos, equipamentos, utensílios, recipientes e matérias-primas ou interdição de estabelecimento, seções, dependências, obras, veículos, utensílios, recipientes, produtos e equipamentos, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 45 - Instalar ou manter em funcionamento consultórios médicos, odontológicos e estabelecimentos de pesquisas clínicas, clínicas de hemodiálise, serviços hemoterápicos, bancos de leite humano, de olhos e estabelecimentos de atividades afins, institutos de esteticismo, ginástica, fisioterapia e de recuperação, balneários, estâncias hidrominerais, termais, de repouso, e congêneres, gabinetes ou serviços que utilizem aparelhos e equipamentos geradores de raios x, substâncias radioativas, ou radiações ionizantes e outras, laboratórios, oficinas e serviços de ótica, de aparelhos ou materiais óticos, de prótese dentária, de aparelhos ou materiais para uso odontológico, sem licença sanitária, autorização do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto nas demais normas legais e regulamentares pertinentes:

a) pena–advertência, apreensão de produtos, equipamentos, utensílios, recipientes e matérias-primas ou interdição de estabelecimento, seções, dependências, obras, veículos, utensílios, recipientes, produtos e equipamentos, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 46 - Explorar atividades comerciais, industriais, ou filantrópicas relacionadas à saúde, com ou sem a participação de agentes que exerçam profissões ou ocupações técnicas e auxiliares relacionadas com a saúde, sem licença sanitária, autorização do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto nas demais normas legais e regulamentares pertinentes:

a) pena–advertência, apreensão de produtos, equipamentos, utensílios, recipientes e matérias-primas ou interdição de estabelecimento, seções, dependências, obras, veículos, utensílios, recipientes, produtos e equipamentos, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 47 - Extrair, produzir, fabricar, transformar, reutilizar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, transportar, comprar, vender, ceder ou usar alimentos, produtos Alimentícios, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, produtos para a saúde, embalagens, recipientes, saneantes, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença sanitária, autorização do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente:

a)Pena –advertência, apreensão e inutilização de produtos, equipamentos, utensílios, embalagens, recipientes e matérias-primas ou interdição de estabelecimento, seções, dependências, obras, veículos, utensílios, recipientes, produtos e equipamentos, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 48 - Fazer veicular propaganda de produtos e serviços sujeitos à vigilância sanitária contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente:

a)Pena - advertência, proibição de propaganda, suspensão de venda, imposição de mensagem retificadora, suspensão de propaganda e publicidade e multa.

Art. 49 - Deixar, aquele que tiver o dever legal de fazê-lo, de notificar doença ou zoonose transmissível ao homem, de acordo com o que disponham as normas legais ou regulamentares vigentes:

a)Pena – advertência e/ou multa.

Art. 50 - Impedir ou dificultar a aplicação de medidas sanitárias relativas às doenças transmissíveis, zoonoses e quaisquer outras, além do sacrifício de animais domésticos considerados perigosos pelas autoridades sanitárias:

a)Pena – advertência e/ou multa.

Art. 51 - Reter atestado de vacinação obrigatória, deixar de executar, dificultar ou opor-se à execução de medidas sanitárias que visem à prevenção de doenças transmissíveis e sua disseminação, à preservação e à manutenção da saúde:

a)Pena– advertência, interdição de estabelecimento, seções, dependências, utensílios, recipientes, produtos e equipamentos, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 52 - Obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades sanitárias competentes no exercício de suas funções:

a)Pena– advertência, interdição de estabelecimento, seções, dependências, obras, veículos, utensílios, recipientes, máquinas, produtos e equipamentos ou cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 53 - Aviar receita em desacordo com prescrições médicas ou determinação expressa em lei e normas regulamentares:

a)Pena – advertência, interdição de estabelecimento, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 54 - Fornecer, vender ou praticar atos de comércio em relação a medicamentos, drogas e produtos para a saúde cuja venda e uso dependam de prescrição médica, sem observância dessa exigência e contrariando as normas legais e regulamentares:

a)Pena – Advertência, interdição de estabelecimento, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art.55- Retirar ou aplicar sangue, hemocomponentes, hemoderivados, proceder a operações de plasmaferese, ou desenvolver outras atividades hemoterápicas, contrariando normas legais e regulamentares:

a)Pena–advertência, interdição de estabelecimento, seções, dependências, veículos, equipamentos e produtos, inutilização, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art.56 - Exportar sangue e seus derivados, placentas, órgãos, glândulas ou hormônios, bem como quaisquer substâncias ou partes do corpo humano, ou utilizá-los contrariando as disposições legais e regulamentares:

a)Pena– advertência, interdição de estabelecimento, seções, dependências, veículos, equipamentos e produtos, inutilização, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art.57-Rotular alimentos, p r o d u t o s alimentícios, bebidas, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, perfumes, produtos para saúde, saneantes, de correção estética e quaisquer outros de interesse à saúde, contrariando as normas legais e regulamentares:

a)Pena – advertência, interdição, apreensão e inutilização e/ou multa.

Art.58 - Alterar o processo de fabricação de produtos sujeitos à vigilância sanitária, modificar os seus componentes básicos, nome, e demais elementos objeto do registro, sem a necessária autorização do órgão sanitário competente:

a)Pena– advertência, interdição, apreensão e inutilização, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 59 - Reaproveitar vasilhames de saneantes, seus congêneres e de outros produtos nocivos à saúde, no envasilhamento de alimentos, bebidas, refrigerantes, produtos dietéticos, medicamentos, drogas, produtos de higiene, cosméticos, perfumes e quaisquer outros de interesse à saúde:

a)Pena-Advertência, apreensão e inutilização, interdição de estabelecimento, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art.60 - Importar ou exportar, expor à venda ou entregar ao consumo produtos de interesse da saúde cujo prazo de validade tenha se expirado, ou apor-lhes novas datas, depois de expirado o prazo:

a)Pena-advertência, apreensão e inutilização, interdição de estabelecimento, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 61- Produzir, comercializar, embalar, manipular, fracionar produtos sujeitos à vigilância sanitária sem a assistência de responsável técnico, legalmente habilitado.

a)Pena–advertência, apreensão e inutilização, interdição de estabelecimento, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 62 - Construir, reformar ou adequar estabelecimentos sujeitos à vigilância sanitária sem a prévia aprovação do projeto pelo órgão sanitário competente.

a)Pena – advertência, interdição e/ou multa.

Art. 63 - Utilizar, na preparação de hormônios, órgãos de animais doentes, estafados ou emagrecidos ou que apresentem sinais de decomposição no momento de serem manipulados:

a)Pena – advertência, apreensão e inutilização, suspensão de vendas, interdição de estabelecimento, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 64 - Comercializar produtos biológicos, imunoterápicos e outros de interesse à saúde que exijam cuidados especiais de conservação, preparação, expedição, ou transporte, sem observância das condições necessárias à sua preservação:

a)Pena – advertência, apreensão e inutilização, suspensão de vendas, interdição de estabelecimento, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 65 - Executar serviços de desratização, desinsetização, desinfestação e imunização de ambientes e produtos e/ou aplicar métodos contrariando as normas legais e regulamentares.

a)Pena – advertência, apreensão e inutilização, interdição de estabelecimento, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 66 – Descumprir normas legais e regulamentares, medidas, formalidades e outras exigências sanitárias relativas ao transporte de produtos sujeitos à vigilância sanitária e de pacientes.

a)Pena – advertência, interdição e/ou multa.

Art. 67 - Descumprir normas legais e regulamentares relativas a imóveis e/ou manter condições que contribuam para a proliferação de roedores, vetores e animais sinantrópicos que possam configurar risco sanitário:

a)Pena – advertência, interdição, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 68 - Exercer profissões e ocupações relacionadas com a saúde sem a necessária habilitação legal:

a)Pena – interdição, apreensão, e/ou multa.

Art. 69 - Atribuir encargos relacionados com a promoção, proteção e recuperação da saúde a pessoas sem a necessária habilitação legal:

a)Pena – interdição, apreensão, e/ou multa.

Art.70 - Proceder à cremação de cadáveres, ou utilizá-los, contrariando as normas sanitárias pertinentes:

a)Pena – advertência, interdição e/ou multa.

Art.71 - Fraudar, falsificar ou adulterar alimentos, inclusive bebidas, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos para a saúde, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, saneantes e quaisquer outros que interessem à saúde pública:

a)Pena– advertência, apreensão e inutilização, suspensão de venda e/ou fabricação do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art.72 - Transgredir outras normas legais e regulamentares destinadas à proteção da saúde:

Pena- advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou fabricação do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento da licença sanitária, proibição de propaganda, imposição de mensagem retificadora, suspensão de propaganda e publicidade e/ou multa.

Art. 73 - Produzir, comercializar ou entregar ao consumo humano sal refinado, moído ou granulado, que não contenha iodo na proporção estabelecida pelo órgão competente:

a)pena – advertência, apreensão e interdição do produto, suspensão de venda e/ou fabricação do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 74 - Descumprir atos emanados das autoridades sanitárias competentes, visando à aplicação das normas legais e regulamentares pertinentes:

b)pena - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou fabricação do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento da licença sanitária, proibição de propaganda, imposição de mensagem retificadora, suspensão de propaganda e publicidade e/ou multa.

Art.75 - Descumprir normas legais e regulamentares, medidas, formalidades, outras exigências sanitárias relacionadas à importação ou exportação de matérias-primas ou produtos sujeitos à vigilância sanitária:

a)pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento da licença sanitária, e/ou multa.

Art. 76 - Descumprimento de normas legais e regulamentares, medidas, formalidades, outras exigências sanitárias relacionadas a estabelecimentos e boas práticas de fabricação de matérias-primas e de produtos sujeitos à vigilância sanitária:

a)pena – advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 77 - Proceder a qualquer mudança de estabelecimento de armazenagem de produtos, matérias-primas, insumos,

Equipamentos, produtos para a saúde e quaisquer outros sob interdição, sem autorização do órgão sanitário competente:

a)pena – advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 78 - Proceder à comercialização de produtos, matérias-primas, insumos, equipamentos, produtos para a saúde e quaisquer outros sob interdição:

a)pena – advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 79 - Deixar de garantir, em estabelecimentos destinados à armazenagem e/ou distribuição de produtos sujeitos à vigilância sanitária, a manutenção dos padrões de identidade e qualidade de produtos, matérias-primas, insumos, equipamentos, produtos para a saúde e quaisquer outros sob interdição, aguardando inspeção física ou a realização de diligências requeridas pelas autoridades sanitárias competentes:

a)pena – advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 80 - Deixar de comunicar ao órgão de vigilância sanitária competente a interrupção, suspensão ou redução da fabricação ou da distribuição dos medicamentos de tarja vermelha, de uso continuado ou essencial à saúde do indivíduo, ou de tarja preta, provocando o desabastecimento do mercado:

a)pena – advertência, interdição total ou parcial do estabelecimento, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 81 - Contribuir para que a poluição da água e do ar atinja níveis ou categorias de qualidade inferior aos previstos nas normas legais e regulamentares:

a)pena – advertência, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 82 - Emitir ou despejar efluente ou resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido em normas legais e regulamentares:

a)pena– advertência, apreensão e inutilização, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 83 - Causar poluição hídrica que leve à interrupção do abastecimento público de água, em razão de atividade sujeita à vigilância sanitária:

a)pena – advertência, apreensão e inutilização, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 84 -Causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, de habitantes, em razão de atividade sujeita à vigilância sanitária:

a)pena– advertência, apreensão e inutilização, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 85 - Causar poluição do solo, tornando área urbana ou rural imprópria para ocupação, em razão de atividade sujeita à vigilância sanitária:

a)pena – advertência, apreensão e inutilização, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 86 - Utilizar ou aplicar defensivos agrícolas ou agrotóxicos, contrariando as normas legais e regulamentares e/ou as restrições constantes do registro do produto:

a)pena – advertência, apreensão e inutilização, interdição e/ou multa.

Art. 87- A as medidas sob as infrações previstas nos artigos 82,83,84,85 e 86 serão aplicadas em conjunto com o órgão do meio ambiente competente relacionado ao caso.

Art. 88 – As infrações às disposições legais e regulamentares de ordem sanitária prescrevem em 05 (cinco) anos.

Parágrafo único – A prescrição interrompe-se pela notificação, ou outro ato da autoridade competente, que objetive a sua apuração e conseqüente imposição de pena.

Capítulo VIII
Processo Administrativo Sanitário
Seção I
Normas Gerais

Art. 89 - O processo administrativo sanitário é destinado a apurar a responsabilidade por infrações das disposições desta lei e demais normas legais e regulamentares destinadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, sendo iniciado com a lavratura de auto de infração, assegurando-se ao autuado o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório, observado o rito e os prazos estabelecidos nesta lei.

Art. 90 - Constatada a infração sanitária, a autoridade sanitária, no exercício da ação fiscalizadora, lavrará, no local em que essa for verificada ou na sede da vigilância sanitária, o auto de infração sanitária, o qual deverá conter:

- I – nome do autuado ou responsável, seu domicílio e residência, bem como outros elementos necessários a sua qualificação e identidade civil;
- II – local, data e hora da verificação da infração;
- III – descrição da infração e menção do dispositivo legal ou regulamentar transgredido;
- IV – penalidade a que está sujeito o autuado e o respectivo preceito legal que autoriza sua imposição;
- V – ciência, pelo autuado, de que responderá pelo fato constatado em processo administrativo sanitário;
- VI – assinatura do servidor autuante;
- VII – assinatura do autuado, ou na sua ausência ou recusa, menção pelo servidor autuante, e a assinatura de duas testemunhas, quando possível;
- VIII – prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de defesa ou de impugnação do auto de infração.

Parágrafo 1º - Ao autuado é facultada vista ao processo a qualquer tempo, no órgão sanitário, podendo requerer, a suas expensas, cópias das peças que instruem o feito.

Parágrafo 2º - Quando, apesar da lavratura do auto de infração, subsistir, ainda, para o autuado, obrigação a cumprir, deverá o mesmo ser notificado para cumprimento no prazo de até 30 (trinta) dias.

Parágrafo 3º - O prazo previsto no parágrafo anterior poderá ser prorrogado, em casos excepcionais, por no máximo mais 90 (noventa) dias, a critério da autoridade sanitária, considerado o risco sanitário, caso seja requerido pelo interessado, até 10 (dez) dias antes do término do prazo inicialmente concedido e devidamente fundamentado.

Parágrafo 4º - O servidor autuante é responsável pelas declarações e informações lançadas no auto de infração e no termo de notificação, sujeitando-se a sanções disciplinares em caso de falsidade ou omissão dolosa.

Art. 91 – A ciência da lavratura de auto de infração, de decisões prolatadas e/ou de qualquer comunicação a respeito de processo administrativo sanitário dar-se-á por uma das seguintes formas:

- I – ciência direta ao inspecionado, autuado, mandatário, empregado ou preposto, provada com sua assinatura ou, no caso de recusa, sua menção pela autoridade sanitária que efetuou o ato;
- II – carta registrada com aviso de recebimento;
- III – edital publicado na imprensa oficial.

Parágrafo único - Na impossibilidade de ser dado conhecimento diretamente ao interessado, e frustrado o seu conhecimento por carta registrada, este deverá ser cientificado por meio de edital, publicado uma vez na imprensa oficial, considerando-se efetiva a ciência após 5 (cinco) dias da sua publicação.

Art. 92 – Para os fins desta lei contar-se-ão os prazos excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o dia do vencimento.

Parágrafo 1º - Os prazos somente começam a correr do primeiro dia útil após a ciência do autuado.

Parágrafo 2º - Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento cair em feriado ou em dia não útil, devendo ser observado pelo autuado o horário de funcionamento do órgão competente.

Seção II
Da Análise Fiscal

Art.93 - Compete à autoridade sanitária realizar de forma programada ou, quando necessária, a coleta de amostra de insumos, matérias primas, aditivos, coadjuvantes, recipientes, equipamentos, utensílios, embalagens, substâncias e produtos de interesse da saúde, para efeito de análise fiscal.

Parágrafo único - Sempre que houver suspeita de risco à saúde, a coleta de amostra para análise fiscal deverá ser procedida com interdição cautelar do lote ou partida encontrada.

Art. 94 - a Coleta de amostra para fins de análise fiscal deverá ser realizada mediante a lavratura do termo de coleta de amostra e do termo de interdição, quando for o caso, dividida em três invólucros, invioláveis, conservados adequadamente, de forma a assegurar a sua autenticidade e características originais, sendo uma delas entregue ao detentor ou responsável, a fim de servir como contraprova e as duas outras imediatamente encaminhadas ao laboratório oficial para realização das análises.

Parágrafo 1º - Se a natureza ou quantidade não permitir a coleta de amostra em triplicata, deverá ser colhida amostra única e encaminhada ao laboratório oficial para a realização de análise fiscal na presença do detentor ou fabricante do insumo, matéria-prima, aditivo, coadjuvante, recipiente, equipamento, utensílio, embalagem, substância ou produto de interesse à saúde, não cabendo, neste caso, perícia de contraprova.

Parágrafo 2º - Na hipótese prevista no parágrafo anterior, se estiverem ausentes as pessoas ali mencionadas, deverão ser convocadas duas testemunhas para presenciar a análise.

Parágrafo 3º - Em produtos destinados ao uso ou consumo humanos, quando forem constatadas pela autoridade sanitária irregularidades ou falhas no acondicionamento ou embalagem, armazenamento, transporte, rótulo, registro, prazo de validade, venda ou exposição à venda que não atenderem às normas legais regulamentares e demais normas sanitárias, manifestamente deteriorados ou alterados, de tal forma que se justifique considerá-los, desde logo, impróprios para o consumo, fica dispensada a coleta de amostras, lavrando-se o auto de infração e termos respectivos.

Parágrafo 4º - Aplica-se o disposto no parágrafo anterior, às embalagens, aos equipamentos e utensílios, quando não passíveis de correção imediata e eficaz contra os danos que possam causar à saúde pública.

Parágrafo 5º - A coleta de amostras para análise fiscal se fará sem a remuneração do comerciante ou produtor pelo produto ou substância coletada.

Art. 95 - Quando a análise fiscal concluir pela condenação dos insumos, matérias primas, aditivos, coadjuvantes, recipientes, equipamentos, utensílios, embalagens, substâncias e produtos de interesse da saúde, a autoridade sanitária deverá notificar o responsável para apresentar ao órgão de vigilância sanitária, defesa escrita ou requerer perícia de contraprova, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da notificação acerca do resultado do laudo da análise fiscal inicial.

Parágrafo 1º - O laudo analítico condenatório será considerado definitivo quando não houver apresentação da defesa ou solicitação de perícia de contraprova, pelo responsável ou detentor, no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo 2º - No caso de requerimento de perícia de contraprova o responsável deverá apresentar a amostra em seu poder e indicar o seu próprio perito, devidamente habilitado e com conhecimento técnico na área respectiva.

Parágrafo 3º - A perícia de contraprova não será efetuada se houver indícios de alteração e/ou violação da amostra em poder do detentor, prevalecendo, nesta hipótese, o laudo da análise fiscal inicial como definitivo.

Parágrafo 4º - Da perícia de contraprova será lavrada ata circunstanciada, datada e assinada por todos os participantes, cuja 1ª via integrará o processo de análise fiscal, e conterà os quesitos formulados pelos peritos.

Parágrafo 5º - Havendo divergência entre os resultados da análise fiscal inicial e da perícia de contraprova o responsável poderá apresentar recurso a autoridade superior, no prazo de 10 (dez) dias, o qual determinará novo exame pericial a ser realizado na segunda amostra em poder do laboratório oficial, cujo resultado será definitivo.

Art. 96 - Não sendo comprovada a infração objeto de apuração, por meio de análise fiscal ou contraprova, e sendo a substância ou produto, equipamentos ou utensílios considerados não prejudiciais à saúde pública, a autoridade sanitária lavrará notificação liberando-o e determinando o arquivamento do processo.

Art. 97 - O resultado definitivo da análise condenatória de substâncias ou produtos de interesse da saúde, oriundos de unidade federativa diversa, será obrigatoriamente comunicado aos órgãos de vigilância sanitária federal, estadual e municipal correspondente.

Art. 98 - Quando resultar da análise fiscal que substância, produto, equipamento, utensílios, embalagem são impróprios para o consumo, serão obrigatórias a sua apreensão e inutilização, bem como a interdição do estabelecimento, se necessária, lavrando-se os autos e termos respectivos.

Seção III Do Procedimento

Art. 99 - Adotar-se-á o rito previsto nesta seção às infrações sanitárias previstas nesta lei.

Art. 100 - O autuado terá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar defesa ou impugnação, contados da ciência do auto de infração.

Parágrafo único - Apresentada defesa ou impugnação, os autos do processo administrativo sanitário serão remetidos ao servidor autuante, o qual terá o prazo de 10 (dez) dias para se manifestar, seguindo os autos conclusos para decisão do superior imediato.

Art. 101 - Após analisar a defesa, a manifestação do servidor autuante e os documentos que dos autos constam, o superior imediato decidirá fundamentadamente no prazo de 10 (dez) dias, do recebimento do processo administrativo sanitário.

Parágrafo 1º - A decisão de primeira instância será fundamentada em relatório circunstanciado, à vista dos elementos contidos nos autos, podendo confirmar ou não a existência da infração sanitária.

Parágrafo 2º - A decisão que não confirmar a existência da infração sanitária implicará no arquivamento do respectivo processo administrativo sanitário, devendo essa decisão obrigatoriamente ser publicada nos meios oficiais.

Parágrafo 3º - A decisão que confirmar a existência da infração sanitária fixará a penalidade aplicada ao autuado.

Parágrafo 4º - As eventuais inexatidões materiais que se encontrem na decisão, ocasionadas por erros de grafia ou de cálculo, poderão ser corrigidas por parte da autoridade julgadora.

Art. 102 - Decidida a aplicação da penalidade, o autuado poderá interpor recurso, em face da decisão de primeira instância, à mesma autoridade prolatora.

Parágrafo 1º - O recurso previsto no caput deverá ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da decisão de primeira instância.

Parágrafo 2º - O recurso terá efeito suspensivo relativamente ao pagamento da penalidade pecuniária eventualmente aplicada, não impedindo a imediata exigibilidade do cumprimento da obrigação subsistente na forma do disposto nos §§ 2º e 3º do art. 89 desta lei.

Art. 103 - Após analisar o recurso interposto e os demais elementos constantes no respectivo processo administrativo sanitário, a autoridade superior decidirá fundamentadamente no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo 1º - A decisão de segunda instância será fundamentada em relatório circunstanciado, à vista dos elementos contidos nos autos, podendo confirmar ou não a existência da infração sanitária.

Parágrafo 2º - A decisão que não confirmar a existência da infração sanitária implicará no arquivamento do respectivo processo administrativo sanitário, devendo essa decisão obrigatoriamente ser publicada nos meios oficiais.

Parágrafo 3º - A decisão de segunda instância que confirmar a existência da infração sanitária fixará a penalidade aplicada ao atuado.

Parágrafo 4º - As eventuais inexatidões materiais que se encontrem na decisão, ocasionadas por erros de grafia ou de cálculo, poderão ser corrigidas por parte da autoridade julgadora.

Art. 104 - Decidida a aplicação da penalidade, o atuado poderá interpor recurso, em face da decisão de segunda instância, à autoridade superior dentro da mesma esfera governamental do órgão de vigilância sanitária.

Parágrafo 1º - O recurso previsto no caput deverá ser interposto no prazo de 20 (vinte) dias, contados da ciência da decisão de segunda instância.

Parágrafo 2º - O recurso terá efeito suspensivo relativamente ao pagamento da penalidade pecuniária eventualmente aplicada, não impedindo a imediata exigibilidade do cumprimento da obrigação subsistente na forma do disposto nos § 2º e 3º do art. 89 desta lei.

Art. 105 - Após analisar o recurso interposto e os demais elementos constantes no respectivo processo administrativo sanitário, a autoridade superior decidirá fundamentadamente no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo 1º - A decisão de terceira instância é irrecorrível e será fundamentada em relatório circunstanciado, à vista dos elementos contidos nos autos, podendo confirmar ou não a existência da infração sanitária.

Parágrafo 2º - A decisão que não confirmar a existência da infração sanitária implicará no arquivamento do respectivo processo administrativo sanitário, devendo a mesma obrigatoriamente ser publicada nos meios oficiais.

Parágrafo 3º - A decisão que confirmar a existência da infração sanitária ensejará o cumprimento da penalidade aplicada ao infrator pela decisão de 2ª instância.

Parágrafo 4º - As eventuais inexatidões materiais que se encontrem na decisão ocasionadas por erros de escrita ou de cálculo poderão ser corrigidas por parte da autoridade julgadora.

Seção IV Do Cumprimento das Decisões

Art. 106 - As decisões não passíveis de recurso serão obrigatoriamente publicadas nos meios oficiais para fins de publicidade e de eficácia, sendo cumpridas na forma abaixo:

I - penalidade de multa:

a) o infrator será notificado para efetuar o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação, sendo o valor arrecadado creditado ao fundo municipal de saúde, revertido exclusivamente para o serviço municipal de vigilância sanitária e sob o controle social do conselho municipal de saúde.

b) o não recolhimento da multa, dentro do prazo fixado na alínea anterior, implicará na sua inscrição na dívida ativa do município, para fins de cobrança judicial, na forma da legislação pertinente, sendo o valor obtido utilizado exclusivamente nas ações de vigilância sanitária.

II - penalidade de apreensão e inutilização:

a) os insumos, matérias primas, aditivos, coadjuvantes, recipientes, equipamentos, utensílios, embalagens, substâncias e produtos de interesse da saúde serão apreendidos e inutilizados em todo o município, comunicando, quando necessário, ao órgão estadual de vigilância sanitária e à agência nacional de vigilância sanitária.

III - penalidade de suspensão de venda:

a) o dirigente de vigilância sanitária publicará portaria determinando a suspensão da venda do produto, comunicando, quando necessário, ao órgão estadual de vigilância sanitária e à agência nacional de vigilância sanitária.

IV - penalidade de cancelamento da licença sanitária:

a) o dirigente de vigilância sanitária publicará portaria determinando o cancelamento da licença sanitária e cancelamento da notificação de produto alimentício, comunicando, quando necessário, ao órgão estadual de vigilância sanitária e à agência nacional de vigilância sanitária;

V - penalidade de cancelamento da notificação de produto alimentício:

a) o dirigente de vigilância sanitária publicará portaria determinando o cancelamento da notificação de produto alimentício, comunicando, quando necessário, ao órgão estadual de vigilância sanitária e à agência nacional de vigilância sanitária;

VI - outras penalidades previstas nesta lei:

a) o dirigente de vigilância sanitária publicará portaria determinando o cumprimento da penalidade, comunicando, quando necessário, ao órgão estadual de vigilância sanitária e à agência nacional de vigilância sanitária.

Capítulo IX Disposições Finais

Art. 107 - É competência exclusiva das autoridades sanitárias, em efetivo exercício de ação fiscalizadora, lavrar autos de infração, expedir termos de notificação, termos de interdição, termos de apreensão, de interdição cautelar e depósito, de inutilização, bem como outros documentos necessários ao cumprimento de sua função.

Art. 107 - Esta lei será regulamentada pelo poder executivo municipal, no que couber, através de decreto.

Art. 108 - A secretaria municipal de saúde, por seus órgãos e autoridades competentes, publicará portarias, resoluções, normas técnicas, atos administrativos cabíveis e normas complementares de vigilância sanitária no âmbito deste código.

Art. 109 - A autoridade sanitária poderá solicitar a intervenção da autoridade policial ou judicial nos casos de oposição à inspeção, quando forem vítimas de embaraços, desacatos, ou quando necessário à efetivação de medidas previstas na legislação, ainda que não configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

Art. 110- Serão parte integrante desta lei, as tabelas 1,2,3,4,5 e 6.

Parágrafo único- As tabelas 3,4,5 e 6 anexa a esta lei, terão seus valores corrigidos e atualizados sempre que necessário através de decreto do executivo municipal.

Art.111- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO TOCANTINS, ESTADO DO TOCANTINS, aos 06 (seis) dias do mês de abril de 2018.

ELISÂNGELA ALVES CARVALHO SOUSA
Prefeita Municipal

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 002/2018.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO TOCANTINS (PREFEITURA MUNICIPAL), com sede à Rua Afonso Pena, s/nº – Centro, São Miguel do Tocantins/TO, CNPJ: 25.064.007/0001-06.

CONTRATADA: M. M. MAGAZINE - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.685.840/0001-05, com endereço à Rua Alagoas, s/nº, Centro, em Augustinópolis/TO.

A **OBJETO CONTRATUAL:** Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de expediente, para atender as necessidades da Prefeitura do município de São Miguel do Tocantins/TO.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 232.943,90 (duzentos e trinta e dois mil, novecentos e quarenta e três reais e noventa centavos).

PRAZO DO CONTRATO: de 12/02/2018 a 31/12/2018.

São Miguel do Tocantins/TO, 12 de fevereiro de 2018.

Prefeitura Municipal de São Miguel do Tocantins
Contratante

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 005/2018.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO TOCANTINS (PREFEITURA MUNICIPAL), com sede à Rua Afonso Pena, s/nº – Centro, São Miguel do Tocantins/TO, CNPJ: 25.064.007/0001-06.

CONTRATADA: M. M. MAGAZINE - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.685.840/0001-05, com endereço à Rua Alagoas, s/nº, Centro, em Augustinópolis/TO.

A **OBJETO CONTRATUAL:** Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de esportivos diversos, para atender as necessidades da Prefeitura do município de São Miguel do Tocantins/TO.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 43.335,20 (quarenta e três mil, trezentos e trinta e cinco reais e vinte centavos).

PRAZO DO CONTRATO: de 12/02/2018 a 31/12/2018.

São Miguel do Tocantins/TO, 12 de fevereiro de 2018.

Prefeitura Municipal de São Miguel do Tocantins
Contratante

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 006/2018.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO TOCANTINS (PREFEITURA MUNICIPAL), com sede à Rua Afonso Pena, s/nº – Centro, São Miguel do Tocantins/TO, CNPJ: 25.064.007/0001-06.

CONTRATADA: M. M. MAGAZINE - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.685.840/0001-05, com endereço à Rua Alagoas, s/nº, Centro, em Augustinópolis/TO.

A **OBJETO CONTRATUAL:** Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de informática e periféricos, para atender as necessidades da Prefeitura do município de São Miguel do Tocantins/TO.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 136.196,10 (cento e trinta e seis mil, cento e noventa e seis reais e dez centavos).

PRAZO DO CONTRATO: de 12/02/2018 a 31/12/2018.

São Miguel do Tocantins/TO, 12 de fevereiro de 2018.

Prefeitura Municipal de São Miguel do Tocantins
Contratante

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 009/2018.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO TOCANTINS (PREFEITURA MUNICIPAL), com sede à Rua Afonso Pena, s/nº – Centro, São Miguel do Tocantins/TO, CNPJ: 25.064.007/0001-06.

CONTRATADA: M. M. MAGAZINE - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.685.840/0001-05, com endereço à Rua Alagoas, s/nº, Centro, em Augustinópolis/TO.

A **OBJETO CONTRATUAL:** Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais permanentes diversos, para atender as necessidades da Prefeitura do município de São Miguel do Tocantins/TO.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 160.778,00 (cento e sessenta mil, setecentos e setenta e oito reais).

PRAZO DO CONTRATO: de 12/02/2018 a 31/12/2018.

São Miguel do Tocantins/TO, 12 de fevereiro de 2018.

Prefeitura Municipal de São Miguel do Tocantins
Contratante

ATOS DA SECRETÁRIA DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 001/2018.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL DO TOCANTINS, com sede à Rua Afonso Pena, s/nº – Centro, São Miguel do Tocantins/TO, CNPJ: 11.478.207/0001-92.

CONTRATADA: DISTRIBUIDORA OMEGA LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.187.037/0001-97, com endereço à Rua Santos Dumont, 131, Centro, em Augustinópolis/TO.

A **OBJETO CONTRATUAL:** Contratação de empresa especializada no fornecimento de medicamentos para a farmácia básica, hospitalares e de controle especial; de materiais hospitalares, odontológicos e suprimentos para coleta de exames e correlatos, destinados a atender as necessidades dos serviços de saúde, junto ao Fundo Municipal de Saúde de São Miguel do Tocantins/TO, durante o corrente exercício de 2018.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.812.275,94 (um milhão, oitocentos e doze mil, duzentos e setenta e cinco reais e noventa e quatro centavos).

PRAZO DO CONTRATO: 310 (trezentos e dez) dias, a partir desta data.

São Miguel do Tocantins/TO, 12 de fevereiro de 2018.

Alberto Loiola Gomes Moreira
Gestor do FMS

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 003/2018.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL DO TOCANTINS, com sede à Rua Afonso Pena, s/nº – Centro, São Miguel do Tocantins/TO, CNPJ: 11.478.207/0001-92.

CONTRATADA: M. M. MAGAZINE - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.685.840/0001-05, com endereço à Rua Alagoas, s/nº, Centro, em Augustinópolis/TO.

A **OBJETO CONTRATUAL:** Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de expediente diversos, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de São Miguel do Tocantins/TO.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 80.625,30 (oitenta mil, seiscentos e vinte e cinco reais e trinta centavos).

PRAZO DO CONTRATO: de 12/02/2018 a 31/12/2018.

São Miguel do Tocantins/TO, 12 de fevereiro de 2018.

Alberto Loiola Gomes Moreira
Gestor do FMS

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 007/2018.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL DO TOCANTINS, com sede à Rua Afonso Pena, s/nº – Centro, São Miguel do Tocantins/TO, CNPJ: 11.478.207/0001-92.

CONTRATADA: M. M. MAGAZINE - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.685.840/0001-05, com endereço à Rua Alagoas, s/nº, Centro, em Augustinópolis/TO.

A **OBJETO CONTRATUAL:** Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de informática e periféricos diversos, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de São Miguel do Tocantins/TO.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 34.328,40 (trinta e quatro mil, trezentos e vinte e oito reais e quarenta centavos).

PRAZO DO CONTRATO: de 12/02/2018 a 31/12/2018.

São Miguel do Tocantins/TO, 12 de fevereiro de 2018.

Alberto Loiola Gomes Moreira
Gestor do FMS

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 010/2018.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL DO TOCANTINS, com sede à Rua Afonso Pena, s/nº – Centro, São Miguel do Tocantins/TO, CNPJ: 11.478.207/0001-92.

CONTRATADA: M. M. MAGAZINE - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.685.840/0001-05, com endereço à Rua Alagoas, s/nº, Centro, em Augustinópolis/TO.

A **OBJETO CONTRATUAL:** Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais permanentes diversos, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de São Miguel do Tocantins/TO.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 44.929,00 (quarenta e quatro mil, novecentos e vinte e nove reais).

PRAZO DO CONTRATO: de 12/02/2018 a 31/12/2018.

São Miguel do Tocantins/TO, 12 de fevereiro de 2018.

Alberto Loiola Gomes Moreira
Gestor do FMS

ATOS DA SECRETÁRIA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 004/2018.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE SÃO MIGUEL DO TOCANTINS, com sede à Rua Afonso Pena, s/nº – Centro, São Miguel do Tocantins/TO, CNPJ: 02.026.321/0001-90.

CONTRATADA: M. M. MAGAZINE - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.685.840/0001-05, com endereço à Rua Alagoas, s/nº, Centro, em Augustinópolis/TO.

OBJETO CONTRATUAL: Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de expediente diversos, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social de São Miguel do Tocantins/TO.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 35.630,90 (trinta e cinco mil, seiscentos e trinta reais e noventa centavos).

PRAZO DO CONTRATO: de 12/02/2018 a 31/12/2018.

São Miguel do Tocantins/TO, 12 de fevereiro de 2018.

Vanessa Santos Silva
Gestora do FMAS.

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 008/2018.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE SÃO MIGUEL DO TOCANTINS, com sede à Rua Afonso Pena, s/nº – Centro, São Miguel do Tocantins/TO, CNPJ: 02.026.321/0001-90.

CONTRATADA: M. M. MAGAZINE - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.685.840/0001-05, com endereço à Rua Alagoas, s/nº, Centro, em Augustinópolis/TO.

OBJETO CONTRATUAL: Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de informática e periféricos diversos, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social de São Miguel do Tocantins/TO.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 34.643,10 (trinta e quatro mil, seiscentos e quarenta e três reais e dez centavos).

PRAZO DO CONTRATO: de 12/02/2018 a 31/12/2018.

São Miguel do Tocantins/TO, 12 de fevereiro de 2018.

Vanessa Santos Silva
Gestora do FMAS.

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 011/2018.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE SÃO MIGUEL DO TOCANTINS, com sede à Rua Afonso Pena, s/nº – Centro, São Miguel do Tocantins/TO, CNPJ: 02.026.321/0001-90.

CONTRATADA: M. M. MAGAZINE - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.685.840/0001-05, com endereço à Rua Alagoas, s/nº, Centro, em Augustinópolis/TO.

OBJETO CONTRATUAL: Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais permanentes diversos, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social de São Miguel do Tocantins/TO.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 35.364,00 (trinta e cinco mil, trezentos e sessenta e quatro reais).

PRAZO DO CONTRATO: de 12/02/2018 a 31/12/2018.

São Miguel do Tocantins/TO, 12 de fevereiro de 2018.

Vanessa Santos Silva
Gestora do FMAS.

EM BRANCO

EM BRANCO